

## AS INICIATIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA PRESENTES EM SANTA CATARINA: ANÁLISE DA MICRORREGIÃO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ

Cris Palma<sup>1</sup>

Anielle Gonçalves de Oliveira<sup>2</sup>

Tatiane Aparecida Viegas Vargas<sup>3</sup>

**Resumo:** A economia solidária está presente em diversos empreendimentos no Alto Vale do Itajaí, em forma de associações e cooperativas, que buscam uma alternativa viável de colocação no mercado. Dentre os 28 municípios que compõem a região, 34 empreendimentos de economia solidária estão cadastrados na base de dados do Atlas Digital da Economia Solidária, distribuídos em 17 municípios. Diante desse cenário o presente artigo tem o objetivo de analisar as iniciativas econômicas que se enquadram no sistema de economia solidária, presentes na região do Alto Vale do Itajaí - SC, no período recente, bem como explorar qual o perfil dos participantes. Para realização da pesquisa utilizou-se a metodologia de pesquisa bibliográfica, para elaboração do referencial teórico e para obtenção de dados utilizou-se as informações do atlas Digital da Economia solidária. As principais conclusões do estudo foram que a economia solidária ainda é pouco difundida na região do Alto Vale do Itajaí, devido a isso torna-se pouco explorada, seja por parte da população, grupos sociais ou órgãos públicos o que dificulta o trabalho de divulgação e orientação, inibindo o desejo de empreender de forma alternativa. Muitos empreendimentos de economia solidária surgem da necessidade dos próprios sócios de obterem renda para subsistência ou complementação da pouca já existente ou ainda mediante alguma dificuldade enfrentada no cotidiano.

**Palavras-Chaves:** Economia Solidária; Santa Catarina; Alto Vale do Itajaí.

### THE SOLIDARITY ECONOMY INITIATIVES GIFTS IN SANTA CATARINA: ANALYSIS OF HIGH MICRO ITAJAÍ VALLEY

**Abstract:** The social economy is present in several projects in the Alto Vale do Itajaí, inform of associations and cooperatives, seeking a viable alternative to market. Among the 28 municipalities that make up the region, 34 solidarity economy enterprises are registered in the Digital Atlas database of the Solidarity Economy, distributed in 17 municipalities. In this scenario this article aims to analyze the economic initiatives that fall within the solidarity economy system, in the region of Alto Vale do Itajaí - SC, in the recent period, as well as exploring the profile of the participants. To conduct the survey used the bibliographical research methodology to prepare the theoretical framework and data collection used the

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Econômicas - Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí UNIDAVI. Email: criswandervegen.cw@gmail.com

<sup>2</sup> Mestre em Desenvolvimento Regional (FURB). Professora do curso de Ciências Econômicas da UNIDAVI. Email: anielleg20@gmail.com

<sup>3</sup> Doutoranda em Desenvolvimento Regional (FURB). Professora do curso de Ciências Econômicas da UNIDAVI. Email: tatianeviega@gmail.com

Digital Atlas information of Solidarity Economy. The main conclusions were that the solidarity economy is not yet widespread in the Alto Vale do Itajaí region, because of this becomes little explored, either from the population, social groups or public bodies which hinders the dissemination of work and orientation, inhibiting the desire to engage in an alternative way. Many social economy enterprises arise from the need of own members to obtain income for subsistence or complement the existing little or upon any difficulties faced in everyday life.

**Keywords:** Solidarity Economy; Santa Catarina; Alto Vale do Itajaí.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de uma pesquisa mais ampla, realizada no âmbito do trabalho de conclusão (TC) do curso de Ciências Econômicas no Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI). Afirmamos que a pesquisa foi mais ampla porque apresentamos neste artigo alguns dos dados coletados. A pesquisa envolveu coleta de dados *in loco* as quais não socializamos neste artigo, mas esperamos fazê-lo em uma próxima oportunidade. Todavia, as informações disponibilizadas até o momento através do mapeamento do Empreendimentos de Economia Solidária, nos dão uma caracterização muito clara do cenário da Economia Solidária na região do Alto Vale do Itajaí. Acompanhar o desenvolvimento desses empreendimentos é trazer à luz formas alternativas de produção e comercialização que visem menos a concorrência e mais a cooperação.

O tema da Economia Solidária nos convida a refletir sobre a forma como naturalizamos a competitividade do mercado, seja de produtos agrícolas, artesanais ou serviços. Tal concorrência pode ser saudável, por exemplo, se considerarmos a escolha dos consumidores por um bem que lhe traga mais satisfação que o outro pelo menor preço. Porém, essa competição aumenta a diferença produtiva entre as empresas. As empresas que têm maior poder de concorrência obtêm cada vez mais lucro, em detrimento daquelas que arcam com prejuízos, ou seja, uma constante luta entre ganhadores e perdedores (SINGER, 2002).

Na disputa pela melhor fatia do mercado muitos efeitos sociais são gerados. Se uma empresa passa a vender menos, ela começa a redução de seus gastos podendo até fechar as portas e isso conseqüentemente gera desemprego e o ciclo continua, “o capitalismo produz desigualdade crescente, verdadeira polarização entre ganhadores e perdedores. Enquanto os primeiros acumulam capital, [...] os últimos acumulam dívidas pelas quais devem pagar juros cada vez maiores” (SINGER, 2002, p. 8).

Na perspectiva da economia solidária, deve haver solidariedade entre as partes que se associam para produzir, comprar, poupar ou vender. Em uma cooperativa, os sócios têm a mesma fatia do capital e o mesmo direito nas tomadas de decisões e logo, na divisão dos lucros alcançados, todos têm partes, deveres e direitos iguais. A autogestão, cooperação, o associativismo, o respeito à cultura e o meio ambiente são alguns dos vetores da motivação e regência da economia solidária (SINGER, 2002).

A região do Alto Vale do Itajaí – SC é composta por 28 municípios. Alguns moradores, trabalhadores ou produtores desta região se uniram para formar associações e cooperativas em busca de oportunidades mais solidárias. São os chamados Empreendimentos de Economia Solidária - EES, objeto do estudo deste trabalho. Partindo desse contexto, a presente pesquisa buscou levantar: a) quais são os empreendimentos que se enquadram nesse sistema; b) quem são, qual o perfil dos sócios; e c) qual é a área de atuação dos empreendimentos. A pesquisa analisou as formas de organização e o perfil dos participantes dos empreendimentos solidários do Alto Vale.

O artigo está dividido em seções, sendo a primeira esta introdução. Na segunda seção resgatamos o aporte teórico que nos orientou em relação a melhor compreensão do tema bem como na análise dos dados. A terceira seção traz os resultados da pesquisa, através dos dados do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES). Na quarta seção temos as considerações finais.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Nesta seção, apresentamos o referencial teórico que embasou a pesquisa. Inicialmente será exposto o conceito de economia como ciência e suas funções na sociedade e os sistemas econômicos. A seguir, abordamos o conceito de economia solidária, suas concepções e características no meio envolvido, a atuação da economia solidária no Brasil.

A ciência econômica tem como principal objetivo o estudo da produção e distribuição dos bens de consumo, com proposta de resolver ou minimizar problemas econômicos atendendo as necessidades humanas. Estuda ainda os fatores de produção e os recursos produtivos empenhados nesse objetivo (VASCONCELLOS; GARCIA, 2004). Na idade média, a igreja e seu filósofo mais influente, São Tomás de Aquino (1225-1274), usavam o termo ecônomo para designar aqueles que administravam as despesas da casa, seus bens e riqueza. *“A ciência da aquisição da riqueza é comum ao Estado e à família”* (SILVA, 2000,

p.13, grifo do autor). Ou seja, a economia deve ser considerada uma ciência tendo como objeto de estudo diversas variáveis entre elas o comportamento humano, estudado principalmente pelas ciências sociais (SILVA, 2000).

Novos conceitos surgiram com os Clássicos e com os Neoclássicos, onde o foco principal já não era mais o fortalecimento do estado e sim a riqueza das nações. François Quesnay em 1758 demonstrava em sua obra *Tableau Économique*, a formação da riqueza além das apresentações quantitativas, distribuindo a sociedade em três classes: os nobres, os artesãos urbanos e os produtores rurais, sendo esses os trabalhos primários para os subsequentes. Adam Smith (1723-1790) publicou sua primeira obra em 1759, a *Teoria dos Sentimentos Morais*, que focava na busca do homem pela aprovação social, as razões da conservação de fortuna e acumulação de riqueza, fundamentando princípios de formação, acumulação, distribuição e consumo. Os demais clássicos seguintes, Thomas Malthus, Jean-Baptiste Say e Stuart Mill partiram desses mesmos fundamentos para definir a economia.

Os neoclássicos apontaram alguns itens considerados importantes na análise econômica, entre eles os desejos e necessidades dos seres humanos que aumentam constantemente. Ou seja, independentemente do grau de desenvolvimento de um país o desejo de elevação do padrão de vida da sociedade é sempre crescente, mesmo que os fatores de produção e os recursos sejam limitados, às necessidades sempre se renovam através do constante crescimento populacional. Assim, as necessidades caracterizam-se como ilimitadas a fim de atender a coletividade. Em teoria, para atender as necessidades humanas, os países se organizam através de sistemas. Esses sistemas que podem ser definidos como a representação política, social e econômica de uma sociedade. Nesse sistema está organizada a produção, a distribuição e consumo dos membros da sociedade.

O Capitalismo é o sistema econômico no qual a maioria dos países estão inseridos, inclusive o Brasil. Trata-se de um sistema comandado pela livre iniciativa, com a propriedade privada da maioria dos fatores de produção, ou seja, regido pelas forças de mercado. Com a Revolução Industrial o Capitalismo se fortaleceu e a divisão de classes se estabeleceu. De um lado a burguesia (detentores do capital) que detém o poder sobre os meios de produção. Do outro lado os trabalhadores (proletariado) que vende sua força de trabalho em troca da obtenção de meios necessário para sobrevivência. Desde seu surgimento, o Capitalismo vem se desenvolvendo de forma desigual, o que significa que, para alguns obterem lucro, outros são explorados. É buscando alternativas de maior cooperação, junto a tantas desigualdades, que a Economia Solidária surgiu como proposta de trabalho coletivo e distribuição de renda

mais justa.

O movimento da Economia Solidária surgiu na Inglaterra no final do século XIX. Os trabalhadores decidiram reorganizar-se produtivamente através de cooperativas e associações com base na autogestão, em resposta ao crescimento industrial capitalista desenfreado. No Brasil esse movimento de trabalhadores chegou no final do século XX e ganhou força principalmente nos anos 1980, quando trabalhadores que perderam seus empregos ou trabalhadores informais resolveram associar-se, na tentativa de dar um novo significado ao contexto econômico do momento. Esse movimento ganhou cada vez mais espaço no meio dos estudiosos como fator de alta relevância para a economia (LEITE, 2009).

A economia solidária tem como principal estímulo a solidariedade entre os membros participantes, com o intuito de ajudar aos menos favorecidos, deixando-os em iguais condições de trabalho e acesso a bens. A gestão democrática dos membros nas tomadas de decisões, a responsabilidade coletiva dos lucros ou eventuais prejuízos que a associação possa ter, a apropriação coletiva dos meios de produção, bem como o debate coletivo sobre a produção e a utilização dos excedentes, são discussões pertinentes a membros de organizações de economia solidária (SCHIOCHET, 2016).

Diferente do modo econômico convencional, a economia solidária utiliza alternativas diferentes de produzir, vender ou comprar os produtos que satisfaçam as necessidades do homem. Nesse modelo os donos e empregados são os próprios trabalhadores, os quais participam ativamente das tomadas de decisões, trabalho e resultados através de iniciativas organizadas em coletividade por produtores familiares, grupos de coleta e reciclagem, cooperativas de crédito, bancos comunitários, clubes de trocas, ou escritórios compartilhados. Essas organizações coletivas seguem alguns princípios como cooperação, autogestão, ação econômica e solidariedade (MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2016). Ou ainda,

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda. (SINGER, 2002, p. 10-11).

Cada vez mais nos centros das discussões e estudos, a economia solidária é um instrumento de inclusão social, através do trabalho e conhecimento, apresentando uma alternativa na geração de emprego e renda, atendendo as necessidades diretas da população,

diminuindo as desigualdades e propagando os valores da solidariedade e da ética através da gestão responsável dos recursos públicos (NASCIMENTO, 2006).

Para o Ministério do Trabalho e Previdência Social (2016), a economia solidária segue alguns princípios, são eles:

1. **Cooperação:** ao invés de competir, todos devem trabalhar de forma colaborativa, buscando os interesses e objetivos em comum, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva e a partilha dos resultados;
2. **Autogestão:** as decisões nos empreendimentos são tomadas de forma coletiva, privilegiando as contribuições do grupo ao invés de ficarem concentradas em um indivíduo. Todos devem ter voz e voto. Os apoios externos não devem substituir nem impedir o papel dos verdadeiros sujeitos da ação, aqueles que formam os empreendimentos;
3. **Ação Econômica:** sem abrir mão dos outros princípios, a economia solidária é formada por iniciativas com motivação econômica, como a produção, a comercialização, a prestação de serviços, as trocas, o crédito e o consumo;
4. **Solidariedade:** a preocupação com o outro está presente de várias formas na economia solidária, como na distribuição justa dos resultados alcançados, na preocupação com o bem-estar de todos os envolvidos, nas relações com a comunidade, na atuação em movimentos sociais e populares, na busca de um meio ambiente saudável e de um desenvolvimento sustentável.

Os critérios de implantação e condutas que validam a prática de empreendimentos solidários bem como sua classificação vêm ao encontro de pontos fortemente destacados como, finanças solidárias, atuação e participação em um comércio justo de bens e serviços, produção associativa, agricultura sustentável, diálogos interculturais, sistema de trocas solidárias entre outros, garantem a participação de empreendimentos no setor público, privado ou sociais. Tais critérios propõem uma relação menos burocrática ou mais acessível dos empreendimentos à financiamentos junto ao setor público através de contratos específicos, com simplificação tributária e taxas específicas para o segmento (NASCIMENTO, 2006).

Para a economia solidária, no que tange a agricultura, esta deve agregar pontos essenciais como “a segurança alimentar dentro de uma perspectiva de repartição da riqueza a partir da prática de preços justos (ou mesmo de subsídios) para produtos agrícolas” (NASCIMENTO, 2006, p.9). Para tal efeito, “deverá envolver uma integração nacional eficiente que possa identificar também onde exista sobra e onde exista falta de determinados produtos” (NASCIMENTO, 2006, p.9) através de ação conjunta entre governo e sociedade, localizando e identificando regiões com tais escassez ou sobras, minimizando essas diferenças e promovendo o desenvolvimento local.

Como salientado anteriormente, é a partir da década de 1980 que a economia solidária começa a manifestar-se no Brasil. Foi como alternativa aos trabalhadores que estavam fora do mercado formal de trabalho e teve o apoio e incentivo de diversas organizações como, os

sindicatos, as igrejas, os movimentos sociais e instituições de ensino. Esses movimentos tinham características de divisão dos resultados e responsabilidade, todos os participantes como principais gestores do empreendimento, dimensão econômica que traz os interesses e esforços mútuos, produção igualitária de oportunidades para a melhoria de qualidade de vida dos envolvidos – solidariedade (IPEA, 2016).

Em 2006 e 2010 foram organizadas conferências nacionais de economia solidária, com a finalidade de promover ações, encorajando a sociedade e o governo para estabelecerem diretrizes para as políticas de economia solidária. Nas mesmas conferências foram propostas medidas para o aperfeiçoamento da legislação envolvida, melhorias nas propostas da Secretaria Nacional de Economia Solidária e do Ministério do Trabalho e Emprego, atuação conjunta de conselhos correlatos e por fim e não menos importante, auxiliar as parcerias entre os representantes do conselho, a SENAES e as entidades da sociedade civil (IPEA, 2016).

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) foi criada em 26 de junho de 2003 e atua no Ministério do Emprego e Trabalho (MTE) e em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) entre outros componentes do movimento. Nos últimos anos a economia solidária vem apresentando vasto crescimento tanto em território brasileiro quanto mundial, talvez motivado pela crise econômica e financeira enfrentada em 2008. Tal crise resultou em um grande número de desempregados e conseqüentemente o aumento da pobreza imposta pela rigidez do sistema financeiro global (SINGER, 2014).

Criada no Governo Lula, a SENAES ganhou rapidamente amplitude no território nacional e seu objetivo foi “ajudar os trabalhadores sem trabalho a se organizar em cooperativas, obviamente autênticas” (SINGER, 2014, p.90). Com a intenção de combater essas fraudes e garantir o desenvolvimento das cooperativas, a SENAES buscou exemplos de como os outros países criaram a solução para os problemas semelhantes. Foram adotaram novas leis, “que tornavam obrigatório o gozo pelos sócios de cooperativas de trabalho dos direitos trabalhistas garantidos por lei” (SINGER, 2014, p.90). A partir de 2005, um mapeamento frequente dos EES vem sendo desenvolvida pela SENAES, resultando em um banco de dados chamado de Sistema de Informação da Economia Solidária (SIES).

O primeiro mapeamento foi realizado em 2005, registrando em sua primeira etapa aproximadamente 18 mil empreendimentos. Em 2007, a base de dados foi ampliada com um mapeamento complementar, chegando-se a quase 22 mil empreendimentos em todo o Brasil. O segundo mapeamento foi realizado entre 2010 e 2013 e abrangeu os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), as Entidades de Apoio e Fomento (EAF) e também políticas públicas voltadas à Economia Solidária (PPES). As informações nele coletadas constituem um retrato da economia solidária

no Brasil, O mapeamento deu origem ao Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), permitindo que milhares de EES de base coletiva e autogestionária fossem identificados e caracterizados. As informações nele coletadas constituem um retrato da economia solidária no país. [...] O resultado deste mapeamento uma considerável base de dados quantitativos para ver o perfil da economia solidária no Brasil e analisar suas capacidades, potencialidades e seus limites, considerando principalmente aspectos como inclusão social pela via da geração de trabalho e melhoria de renda; constituição de redes de comércio e consumo justos; potencial organizativo na formulação de políticas alternativas de desenvolvimento com relações de trabalho mais igualitárias (SIES, 2017).

Com o foco principal de erradicar a pobreza extrema, no Governo de Dilma Rousseff (mais precisamente em 2011) foram convocados diversos ministérios para elaborar o Programa Brasil Sem Miséria (PBSM) sob direção do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e ficando a critério da SENAES a promoção da inclusão produtiva urbana da população de baixa renda. O resgate desses trabalhadores é possível somente pela organização dos próprios trabalhadores por meio de associações com vínculo solidário, que produzem bens de consumo e serviços de qualidade que possam competir com o mercado convencional, promovendo renda adequada aos membros da comunidade. Com o apoio financeiro e com as verbas orçamentárias, as SENAES contribuem para a erradicação pobreza e miséria segundo o PBMS (SINGER, 2014).

Segundo o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), nos últimos anos o Brasil vem vivenciando uma crescente expansão da economia solidária em diversos segmentos por meio de estratégias de dinamização socioeconômica, pela ótica da sustentabilidade, promovendo a preservação do meio ambiente e da diversidade cultural, com processos que visam o desenvolvimento local e territorial que respeitam esses princípios. Muitos empreendimentos de economia solidária (EES) encontram inúmeras barreiras que impossibilitam sua plena expansão, mesmo com os avanços, esses desafios precisam ser enfrentados para que sua estratégia de desenvolvimento realmente possa se estabelecer (CNES, 2015).

O acesso dos empreendimentos de economia solidária aos instrumentos e políticas de implantação avançaram têm avançado através de Leis municipais e estaduais que preveem conselhos de gestão e programas que fomentam a economia solidária local; Projeto de Lei 4685, de 2012, em que sua ementa dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências indexadas às diretrizes: Política Nacional de Economia Solidária, incentivo, empreendimento, autogestão, atividade econômica, cooperação, produção, comercialização, bens, serviços, Criação, Sistema Nacional de Economia Solidária.



Também podemos considerar a interação entre programas de desenvolvimento territorial, agricultura familiar, e superação da extrema pobreza, como PRONAF, PNAE E PAA, ou de programas de educação como PRONATEC e PROEX. A aprovação da economia solidária como integrante das prioridades nacionais para a promoção do desenvolvimento regional e territorial sustentável, conforme previsto no PPA 2012- 2015.

No que diz respeito a economia familiar, os agricultores estão cada vez mais inseridos em arranjos produtivos de empreendimentos associativos como cooperativas de crédito, produção de alimentos, turismo e comercialização de produtos. Os agricultores organizados coletivamente buscam melhora em sua qualidade de vida de forma justa, culturalmente, espacialmente e ecologicamente sustentável, porém economicamente viável (SCHIOCHET; STOCK, 2016).

A pouco tempo no Brasil adotou-se a expressão agricultura familiar, deixando de lado a rotulação de pequena produção, baixa renda e de subsistência. O modelo produtivo de agricultura familiar é representado por diversas formas, mas se refere principalmente aos proprietários pertencentes ao núcleo familiar daquele modelo produtivo. O produtor familiar exerce as funções de proprietário, fundiário, empreendedor ou empresário e trabalhador. Ou seja, o local onde vivem é também seu local de trabalho, produzem para o consumo particular e também para a comercialização.

### **3 RESULTADOS DA PESQUISA**

Para a pesquisa, primeiramente efetuou-se uma revisão bibliográfica com o objetivo de, buscar matérias (monografias, dissertações, teses, livros) que auxiliassem na construção dos conceitos bem como, numa visão mais ampla dos estudos já realizados sobre o tema. Depois iniciamos a coleta dos dados para a qual consultamos o Atlas Digital da Economia Solidária disponível no Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) que mapeia os Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil (quadro 1). Depois de levantados os dados, os mesmos foram analisados com o objetivo de responder: como está constituído atualmente o contexto da Economia Solidária no Alto Vale do Itajaí?

O Alto Vale do Itajaí – SC está localizado na mesorregião do Vale do Itajaí, no estado de Santa Catarina. O Vale do Itajaí é constituído por 53 municípios e inicia-se pelo litoral tendo como principais cidades Itajaí e Balneário Camboriú, onde predominou a colonização

portuguesa e açoriana, bastante evidenciada na cultura e gastronomia. Se afastando da faixa litorânea, a identidade colonizadora é germânica, tendo Blumenau como principal cidade. Seguindo em direção ao planalto, chegamos ao Alto Vale do Itajaí, as correntes migratórias foram as mais diversas, no entanto predominaram os descendentes de alemães e italianos, sendo Rio do Sul o município de maior representatividade econômica. O Alto Vale do Itajaí é formado atualmente por 28 municípios, correspondendo a 7,68% da área total do Estado de Santa Catarina. A população é de 269.424 sendo 97.312 habitam em área rural e 171.112 em área urbana (IBGE, 2010).

O Alto Vale do Itajaí apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,731 (média dos municípios), abaixo da média estadual de 0,77 (ATLAS BRASIL, 2017). O PIB a preços correntes do Alto Vale do Itajaí ficou em R\$8.285.923 milhões, em 2014, o que equivale a 3,42% do PIB estadual. O município com maior participação no PIB foi Rio do Sul como valor equivalente a 28,25% do total. Quanto ao PIB per capita, o maior foi no município de Braço do Trombudo, R\$54.338,80. Dentro todos os municípios do Alto Vale do Itajaí o que obteve menor PIB foi o município de Mirim Doce com o valor de R\$46.484 mil, ou seja, 0,56% do total para a região, também obteve o menor PIB per capita dentre todos os municípios R\$18.973,07, considerando que todos os valores apresentados são para o ano de 2014. (IBGE, 2017).

Outro aspecto econômico pesquisado foi o valor adicionado, o Alto Vale do Itajaí apresenta os seguintes resultados de valor adicionado por área: os serviços exclusive administração, saúde, educação públicas e seguridade social, possui grande importância para a região e representa 38,8% do total do valor adicionado da região; a indústria apresenta-se em segundo lugar, com 26,8% seguido de administração, saúde, educação pública e seguridade social com 13,3% de participação no total, a agropecuária representa 12,5% do total do valor adicionado da região e por último com 8,8% esta os Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, a preços correntes. (IBGE, 2017).

Nos dados coletados no Atlas Digital da Economia Solidária, apenas 17 municípios do Alto Vale do Itajaí aparecem na pesquisa com empreendimentos de economia solidária, totalizando 34 empreendimentos registrados. Os empreendimentos situam-se em sua maioria na área rural dos municípios. Rio do Sul mesmo sendo a cidade de maior representação não tem nenhum empreendimento registrado. Dos 34 EES do Alto Vale do Itajaí, podemos afirmar segundo o quadro a seguir, que 85,29% dos estabelecimentos atuam na área rural de seus municípios, e 14,71% na área urbana.

Quadro 1 – Resultados obtidos da base de dados do atlas digital da economia solidária (dados de 2013).

28		NÚMERO DE MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO ITAJAÍ						
17		NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM EES REGISTRADOS						
34		NÚMERO DE EES DO ALTO VALE DO ITAJAÍ						
Área de atuação do Empreendimento de Economia Solidária nos municípios do Alto Vale do Itajaí.								
Rural e Urbana		Urbana		Rural		TOTAL		
0		5		29				
Categoria social dos sócios nos EES do Alto vale do Itajaí - valores por empreendimento.								
Não se aplica ou não há predominância		Outros trabalhadores autônomos/por conta própria		Agricultores familiares		TOTAL		
4		3		27				
Número total de sócios (homens e mulheres)-considerando apenas os sócios pessoas físicas.								
Variância		Padrão		Soma	Máximo	Mínimo	Média	TOTAL
1220		77		2337	1997	1804	1880	
Forma de organização dos EES do Alto vale do Itajaí - valores por empreendimento.								
Sociedade mercantil		Cooperativa		Associação		Grupo informal		TOTAL
2		2		28		2		
Principais atividades econômicas realizadas pelo EES no Alto vale do Itajaí								
Consumo uso coletivo de bens e serviços pelos sócios		Produção ou produção e comercialização		Prestação do serviço ou trabalho a terceiros		Poupança, crédito ou finanças solidárias	Troca de produtos ou serviços	TOTAL
1		28		3		1	1	
Principais conquistas do EES								
Integração do grupo /coletivo		Autogestão e o exercício da democracia		Geração de renda ou obtenção de maiores ganhos para os sócios			TOTAL	
14		5		31				
Outra		Conscientização e compromisso político com emancipação dos trabalhadores ou outras lutas mais gerais		Conquistas para a comunidade local: moradia, escola, infraestrutura			TOTAL	
2		5		3				
Os principais desafios do empreendimento								
Viabilizar economicamente o empreendimento		Garantir proteção social, previdência, assistência e saúde para os sócios		Manter a união do grupo/coletivo		Gerar renda adequada aos sócios		TOTAL
10		5		18		31		
Outro	Efetivar a participação e a autogestão	Promover a articulação com outros EES e com o movimento de ES		Alcançar maior conscientização ambiental dos sócios		Alcançar a conscientização e a politização dos sócios		TOTAL
1	3	11		9		4		
O EES Realizou algum investimento no empreendimento nos últimos 12 (doze) meses								
Não			Sim				TOTAL	
16			18					
Tipo de investimento realizado no EES								

Comunicação / divulgação	Capacitação de mão-de-obra	Equipamentos: aquisição renovação	Ampliação de estoque, matérias-primas	Abertura de lojas/espacos de comercialização	Infraestrutura física, prédios, construções etc.		
4	4	15	5	1	7		TOTAL
Se o empreendimento teve acesso a crédito ou financiamento nos últimos 12 meses.							
Buscou crédito ou financiamento, mas não obteve			Buscou e obteve crédito ou financiamento		Não buscou crédito ou financiamento		
1			5		28		TOTAL
Principais espaços de comercialização para EES com foco na produção.							
Outro	Entrega direta a clientes	Feiras de economia solidária e/ou agroecologia	Feiras e exposições eventuais/especiais	Feiras livres	Espacos de venda coletivos, centrais de comercialização – ceasa	Lojas e espacos próprios	Nº EES
9	22	3	7	6	2	1	28
							TOTAL
Para quem é feita a comercialização de produtos do empreendimento.							
Outros	Empresas privadas de produção	Órgão governamental		Revendedores/ atacadistas		Direta ao consumidor final	Nº EES
3	7	1		12		23	28
							TOTAL
Origem da matéria prima ou do insumo (PRODUÇÃO)							
Produtores não sócios		Próprios associados		Empresa privada		Nº EES	
2		15		18		28	
							TOTAL

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos dados retirados do Atlas da Economia Solidária, 2016.

As famílias do meio rural estão acostumadas a compartilhar experiências e trocar serviços entre si, o que favorece a criação de um empreendimento de economia solidária na comunidade ou no meio, uma vez que, já estão habituadas a associar-se e a autogerir suas propriedades. A partir dos dados obtidos, vemos que entre os sócios dos empreendimentos a predominância na categoria social dos sócios é de agricultores familiares.

Em relação ao número total de sócios homens e mulheres, conforme o quadro 1, os 34 EES contam com a soma de 2.337 sócios, sendo que 79,79% da média dos sócios estão vinculadas ao EES de Dona Emma. Entre os sócios que participam de algum empreendimento, os homens são a maioria, com um total de 1.721, enquanto as mulheres não ocupam nem a metade da quantidade de homens, no total 616 mulheres.

A forma de organização mais frequente entre os EES dos municípios pesquisados é a do tipo associação, 28 (82%) dos 34 estabelecimentos classificam-se nessa forma de organização. Os demais EES estão divididos em partes iguais entre grupo informal, cooperativa e sociedade mercantil (2 para cada). Apesar de as cooperativas terem grande relevância dentro da economia solidária, elas não são tão representativas nos EES do Alto Vale do Itajaí.

Sobre as atividades econômicas exercidas pelos EES, a principal está ligada a produção

e comercialização de produtos, totalizando 28 empreendimentos. A geração de renda ou obtenção de maiores ganhos para os sócios é a principal conquista dos EES. Para essa afirmação, 31 empreendimentos apontaram como sendo a principal conquista juntamente com integração do grupo/coletivo - essa opção foi a classificação que obteve o segundo maior número de resultados, sendo a opção marcada por 14 EES. Podemos destacar esse item como importante no que se refere a definição de economia solidária num todo juntamente com o item descrito como comprometimento social dos sócios.

A maioria dos EES enfrentam diversos desafios desde sua idealização até a sua efetivação e funcionamento. Os sócios e idealizadores passam por inúmeras dificuldades seja de estruturação ou cotidiana. A presente pesquisa levantou esses dados em seu questionamento e segundo o quadro 1, verificamos que gerar renda adequada é o principal desafio enfrentado pelos sócios dos EES no Alto Vale. Outro item que apresentou um número expressivo foi a opção de manter a união do grupo, mesmo que apontado como uma conquista, muitos veem como um desafio manter essa união. Promover a articulação com outros empreendimentos de ES e viabilizar o empreendimento também são tidos como principais desafios enfrentados e foram classificados por 11 e 10 estabelecimentos respectivamente.

Outro questionamento feito foi da realização de investimento nos EES (nos 12 meses anteriores ao mapeamento), dos 34 estabelecimentos, 18 realizaram algum tipo de investimento que representa 53% do total dos empreendimentos pesquisados. Os outros 16 estabelecimentos não realizaram investimentos. Sobre o tipo de investimento, o mais representativo foi em aquisição ou renovação de equipamento, apontado por 83% dos estabelecimentos que investiram. A infraestrutura física, prédios, construções aparece como o segundo investimento de maior opção entre os estabelecimentos, seguido de ampliação de estoque de matéria-prima, capacitação de mão-de-obra e comunicação/divulgação.

Muitos estabelecimentos dependem de crédito e financiamento para realizar os investimentos, quanto a origem dos recursos dos investimentos, 28 dos 34 estabelecimentos de ES não buscou crédito ou financiamento. Dos que buscaram, 5 obtiveram crédito e 1 não obteve, lembrando que 18 estabelecimentos investiram nesse período.

Podemos observar que 22 empreendimentos que desempenha atividades de produção entregam diretamente a seus clientes, ou seja, tem negociação mais próxima e direta com seus consumidores. As feiras também aparecem nessa pesquisa como opção de comercialização de produtos, ela está dividida em feiras livres e exposições especiais, que somaram 13

empreendimentos. Após saber quais são os espaços de comercialização da produção, necessitamos averiguar a quem se destina a comercialização, e para os 28 Empreendimentos que se caracterizam pelo processo de produção, 23 atuam com a venda direta aos consumidores, 12 comercializam com revendedores ou atacadistas, 7 comercializam com empresas privadas e apenas 1 comercializa com órgão governamental. Nenhum dos empreendimentos caracterizados pela produção e comercialização de seus bens vende ou troca com outros EES.

Para que o empreendimento produza, é necessário a obtenção de matéria prima ou insumos. As empresas privadas são a maioria dos fornecedores de matéria prima e insumos para os EES juntamente com fontes de recursos dos próprios associados. São eles que abastecem o empreendimento com os insumos que serão beneficiados ou não e depois serão vendidos em canais e compradores acima descritos. Para esse caso nenhum dos 28 empreendimentos de ES de produção e comercialização adquire seus insumos ou matérias prima de instituições filantrópicas, órgãos públicos ou ainda de outros EES.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo geral deste artigo foi analisar as iniciativas econômicas que se enquadram no sistema de economia solidária, na região do Alto Vale do Itajaí - SC, no período recente e procurou-se identificar as principais atividades praticadas pelos participantes dos projetos de economia solidária, no Alto Vale do Itajaí, que podem fomentar um desenvolvimento sustentável na região; buscou-se ainda conhecer os programas de incentivo de implantação a projetos de economia solidária na agricultura familiar e analisar o perfil dos participantes dos projetos de economia solidária no Alto Vale do Itajaí.

No que se refere a iniciativas econômicas constatou-se que nem todos os municípios do Alto Vale estão inseridos nos EES. Não foi possível identificar os motivos pelos quais alguns municípios não têm empreendimentos, todavia seria interessante aprofundar a pesquisa em outra oportunidade. Os empreendimentos de ES estão relacionados fortemente com o meio rural, ou seja, a Economia Solidária tem sido uma alternativa para a população rural do Alto Vale. Os trabalhadores do sexo masculinos são a maioria entre os sócios, o que não significa necessariamente que a maioria dos envolvidos sejam homens, haja vista que o empreendimento pode estar registrado dessa forma, mas as mulheres também se encontram envolvidas.

Dentre as conquistas alcançadas pelos EES a geração de renda para os sócios foi a principal dentre as várias alternativas. Porém eles enfrentam muitos desafios até alcançar determinadas conquistas, e gerar a renda adequada é o principal deles juntamente com manter a união dos membros, em outras palavras, mesmo que a principal conquista dos EES seja a geração de renda aos sócios, a mesma não é adequada ou suficiente para manter-se somente do empreendimento, e acaba apenas como um complemento à renda já existente.

Para que o empreendimento possa acompanhar o mercado ele precisa de produtos de qualidade e preços atrativos, com isso os EESs buscam melhorias em forma de investimentos através de créditos e financiamentos, apenas 8 dos 34 EES do Alto Vale do Itajaí utilizou de recursos próprios para fazer investimentos. Isso nos mostra que a maioria dos EES é dependente de instituições credoras e não são autossuficientes para bancar os investimentos.

A pesquisa ainda nos mostrou que a integração entre os empreendimentos de ES da região é praticamente nula, onde não há venda ou troca entre si seja de matéria-prima e insumos ou bens e serviços acabados. Com a troca de informações o produtor desenvolveria novas técnicas, às quais poderiam ser melhor aproveitadas caso trabalhassem em conjunto ou tivessem local apropriado, como maquinário e equipamentos para determinadas tarefas, que poderiam usufruir em conjunto. Essa integração poderia gerar mais benefícios aos empreendimentos, visto que a essência da economia solidária é a cooperação mútua entre sócios do empreendimento e colaboração entre os outros demais estabelecimentos.

Através da pesquisa constatamos que, apesar da economia solidária ser um sistema bastante atraente para pequenos grupos ou grupos mais vulneráveis, ela ainda é desconhecida pela maioria ou muitas vezes com visão distorcida de seus objetivos. Pequenos grupos e órgãos municipais dificilmente conseguem fazer um trabalho de divulgação ou orientação que atinja a população com intuito de despertar o desejo de empreender de forma alternativa à ordem imposta pelos mercados convencionais. Muitas vezes esses empreendimentos partem da necessidade dos próprios sócios de obterem renda para subsistência ou complementação da pouca já existente ou ainda mediante alguma dificuldade enfrentada no cotidiano. O consumo solidário ainda é pouco explorado pelas pessoas, haja vista que, através de mobilizações comunitárias poderiam usufruir de melhores benefícios em suas atividades, valorizando a cultura local e o incentivo mútuo.

O Alto Vale do Itajaí tem capacidade para instalar e aumentar os empreendimentos de economia solidária. As associações de bairros poderiam organizar feiras e incentivar a produção e comercialização dos produtos na localidade, interagir com outros bairros em feiras

municipais, motivar outros municípios a fazer o mesmo. Contudo, a falta de conhecimento gera dúvida e compromete possíveis projetos futuros. A nível mundial tem-se vários exemplos de cooperativas e associações que deram certo e ajudaram determinada localidade a desenvolver-se com qualidade, vale buscar esses exemplos e adaptar a realidade local com um projeto bem estruturado e apoio adequado de órgãos públicos e da comunidade em geral.

Esclarecer para a população sobre as possibilidades na economia solidária é incentivar a cooperação. Disseminada como algo possível e de fácil acesso aos grupos sociais, através do trabalho coletivo e associativo, com benefícios mútuos, a economia solidária pode incentivar o consumo consciente e valorização da cultura e do indivíduo. Todavia é necessário o amparo de instituições e órgãos públicos para que os empreendimentos solidários cresçam e não padeçam em seus primeiros momentos de criação e idealização.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, **Participação em foco. Conselho Nacional de Economia Solidária**. Disponível em: <<https://goo.gl/k2T8XT>>. Acesso em: 27 out. 2016.

BRASIL, Atlas. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013. Disponível em: <[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m)> Acesso em 22 dez. 2016

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **1º Plano nacional de economia solidária (2015- 2019)**: para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável. Disponível em: <<https://goo.gl/nYyGfX>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/home-cidades>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estados**: Santa Catarina. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=sc](http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=sc)>. Acesso em: 22 dez. 2016.

LEITE, Marcia de Paula. A Economia Solidária e o Trabalho Associativo: Teorias e realidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 69, p. 31-51, 2009.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL. **Economia Solidária**. Disponível em: <[www.mtps.gov.br/trabalhador-economia-solidaria](http://www.mtps.gov.br/trabalhador-economia-solidaria)>. Acesso em: 13 jun. 2016.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo; **Princípios da Economia Solidária**. Esaf. Brasília/DF: 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/RvgbZ1>>. Acesso em: 27 out. 2016.

PONTES, Beatriz Maria Soares. A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx. **Revista Nera**, n. 7, p. 35-47, 2006.



Disponível em: <<https://goo.gl/risJ6D>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

SCHIOCHET, Valmor; STOCK, Andrei. **Organização Associativa da Agricultura Familiar no Território Rural do Alto Vale do Itajaí**. Dinâmicas Socioeconômicas no Território – III SEDRES, Blumenau (SC). Disponível em: <<https://goo.gl/9KdJsR>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

SCHIOCHET, Valmor. **Institucionalização das Políticas Públicas de Economia Solidária: Breve trajetória e desafios**. Economia solidária e Políticas Públicas. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/08\\_ECONS\\_instituionalizacao.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/08_ECONS_instituionalizacao.pdf)>. Acesso em: 23 jun. 2016.

SILVA, Adelphino Teixeira da. **Iniciação à economia**. São Paulo: Atlas, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. 1ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. Disponível em: <[www.oescj.org.ec/pdf/biblioteca/libros/Introdu-Economia-Solidaria.pdf](http://www.oescj.org.ec/pdf/biblioteca/libros/Introdu-Economia-Solidaria.pdf)>. Acesso em: 27 out. 2016.

SINGER, Paul. **Dez anos de secretaria nacional de economia solidária (SENAES) Boletim mercado de trabalho: conjuntura e análise**. n. 56, fev 2014. Ipea. Disponível em: <[www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt56\\_econ02\\_dez\\_anos.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt56_econ02_dez_anos.pdf)>. Acesso em: 06 jan. 2017.

SIES. **Atlas Digital da Economia Solidária**. 2017. Disponível em: <[sies.ecosol.org.br/sies](http://sies.ecosol.org.br/sies)>. Acesso em: 05 jan. 2017.

VASCONCELLOS, Marco Antonio S.; GARCIA, Manuel E. **Fundamentos de economia**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

*Recebido em 20 de junho de 2017 e aceito em 22 de junho de 2017.*